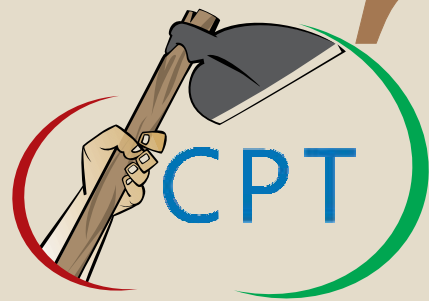




PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

abril a junho de 2009

Ano 34 – Nº 196

Dados da CPT mostram a marca da violência no campo brasileiro

págs. 10 e 11



Foto: Leonardo Melgarejo

XXI Assembléia Geral reafirma missão da CPT nos caminhos da terra

págs. 08 e 09



Foto: CPT Nacional

EDITORIAL

“Mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”

“Reafirmando o compromisso com a Terra e com aqueles que a cultivam com carinho”, a CPT realizou sua XXI Assembléia Geral. Em meio às crises que se abatem sobre a humanidade e o planeta, a CPT reafirmou sua missão e seu compromisso de “fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra”. Para manter esta fidelidade e sua identidade, a CPT se propõe uma profunda autoavaliação que leve a mudanças, pois, parafraseando D. Hélder Câmara, “mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”. O compromisso e a aliança com os povos da terra e das florestas esta é a marca da CPT. Um novo compromisso da CPT é a urgência com o cuidado da mãe terra. “Não restam dúvidas de que aqueles que agredem os povos do campo são os mesmos que agredem o planeta em que vivemos.”

Expressão desta caminhada ao lado dos homens e mulheres da terra, mais uma vez a CPT a eles emprestou a voz para apresentar os números dos conflitos no campo e da violência por eles sofrida, em 2008, em plena Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP). A violência contra os trabalhadores e as comunidades tradicionais se manteve. Acirrou-se o processo de criminalização dos movimentos sociais. Também cresceu o número de denúncias de trabalho escravo mostrando que esta praga não fica circunscrita a áreas por onde avança o capital, mas atinge também estados consolidados.

A violência entra por 2009 adentro. A CPT já registrou (dados parciais) nove assassinatos de trabalhadores. E a criminalização caminha de vento em popa. Manifestação do MAB, em Tucuruí, Pará, acabou reprimida, com 18 pessoas presas, obrigadas a desfilarem pelas ruas da cidade como troféu da polícia. Ocupação de área, já desapropriada, na Paraíba, culminou em agressões físicas (até gasolina foi jogada sobre os corpos dos trabalhadores) e em prisões. Acusados pela violência da qual foram vítimas. Mas nenhum conflito mereceu maior atenção da mídia do que a ocupação de áreas do banqueiro Daniel Dantas, o mesmo a quem Gilmar Mendes concedeu duas liminares na Operação Satiagraha. Este senhor aparece no cenário brasileiro como o maior criador de gado, proprietário de 510 mil hectares de terra no Pará, muitos deles irregulares. Ocupações de algumas destas áreas irregulares acabaram com 11 trabalhadores feridos a bala, em duas delas. Uma verdadeira armação, pois veículos da imprensa lá estavam, transportados pelo proprietário para acusarem de violentos os sem terra. Um bloqueio de estrada, no Mato Grosso, por sem terra despejados de área do Incra acabou em duas mortes de trabalhadores.

Mortes e trabalhadores presos por mais de 30 dias! A CPT se pronunciou. A concessão de habeas corpus, rápida, quando os acusados são da elite, mais do que lenta, quando são trabalhadores, mostra o real sentido da igualdade entre todos, definida pela Constituição. E os atiradores de Daniel Dantas não sofreram qualquer punição! A CPT também se pronunciou em relação à Medida Provisória 458 que ao encerramento desta edição já se tornou lei e que oficializa a grilagem de terras da Amazônia. Uma área de 67,4 milhões de hectares, área superior à soma de todas as áreas destinadas à Reforma Agrária em 27 anos, de 1979 a 2006.

Apesar da violência e da criminalização os movimentos do campo continuam atuantes. Ai estão as mulheres com suas ações no 8 de março, aí está a jornada de lutas em abril lembrando o massacre de Eldorado de Carajás. Aí estão os índios acampados, em Brasília, exigindo a demarcação de seus territórios e a aprovação de um novo Estatuto do Índio. Aí está também o apoio da comunidade internacional que concede a Dom Cappio o Prêmio Cidadão do Mundo reconhecendo os valores da luta contra projetos que degradam a natureza e atingem comunidades como o Projeto da Transposição do São Francisco. O massacre de índios no Peru que defendiam seus territórios, contra grandes projetos não fez arrefecer a luta. Sua determinação obrigou o governo a recuar.

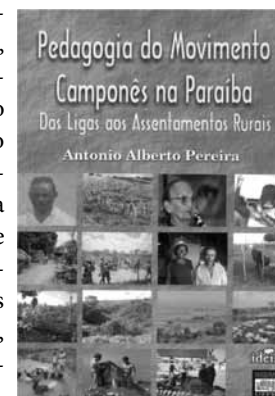
Isso tudo você vai ler nas páginas desta edição.



PUBLICAÇÕES

Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das Ligas aos Assentamentos Rurais

O livro Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das Ligas aos Assentamentos Rurais, lançado em 2009, é resultado da tese de doutorado em educação e movimentos sociais, defendida pelo professor Antonio Alberto Pereira. A obra tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa aos militantes, estudantes camponeses, alunos e professores do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e elucidar sobre o processo de conquista da terra e de re-territorização na Paraíba, desde as Ligas Camponesas até os assentamentos rurais. Os depoimentos, contidos no livro, relatam as experiências, angústias, histórias e sonhos dos participantes desse processo, que são considerados co-sujeitos da investigação.



Mudanças Climáticas Provocadas pelo Aquecimento Global: Profecia da Terra

“Despertar a consciência cristã e eclesial para a vivência da teologia e da espiritualidade da Criação”, é assim que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) define o intuito do livro Mudanças Climáticas Provocadas pelo Aquecimento Global: Profecia da Terra. A obra, lançada em 2009, apresenta um sentido profético em conjunto com o sentimento de esperança de que é possível conter o aquecimento global e evitar as mudanças climáticas que estão em curso. As transformações no clima afetam todas as formas de vida do planeta, em especial, a vida das populações empobrecidas. Sendo assim, é preciso que seja repensado o atual modelo de sociedade, as matrizes energéticas, os modos de produção e o consumo, já que o aquecimento global é fruto do desenvolvimento baseado na economia de mercado capitalista e em toda a ideologia que acompanha este tipo de desenvolvimento.



As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul: O Povo a caminho da Terra Prometida

O livro As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul: O Povo a caminho da Terra Prometida está em sua segunda edição, atualizada e ampliada em 2009. O autor, Frei Wilson Dallagnol, membro da CPT Rio Grande do Sul, narra os eventos que marcaram a caminhada da luta pela terra e pela Reforma Agrária no RS. As informações sobre as Romarias da Terra são baseadas em fontes históricas, como relatórios, escritos, documentários e correspondências. A obra apresenta um histórico desde a primeira Romaria da Terra no Rio Grande do Sul, em 1978, até a preparação para a trigésima segunda Romaria, em 2009.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marina Muniz - estagiária
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane PASSOS (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação / Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.
(62) 3253-1307
www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informacoes.canuto@cptnacional.org.br



Pastoral da Juventude Rural debate a crise financeira

A VI Assembléia Nacional da Pastoral da Juventude Rural (ANPJR) foi realizada entre os dias 23 e 29 de março, em Catu (BA). Durante o encontro, os jovens relataram como a crise financeira modificou a realidade local e apontaram iniciativas que defendem a juventude. A missão da Pastoral da Juventude Rural foi discutida e definida como: evangelizar, conscientizar e formar militantes cristãos que contribuam na construção do Projeto Popular e luta pela vida do planeta.

Realização de atividades contra os efeitos da crise

No dia 30 de março, foram realizadas atividades, promovidas por centrais sindicais e movimentos sociais, em todo o Brasil, contra as demissões provocadas pela crise financeira. Os trabalhadores também realizaram atividades em defesa de investimentos em políticas sociais e da Reforma Agrária como alternativa à crise e garantia de trabalho, educação e habitação para a população do campo.

Trabalhadores rurais sofrem atentado e são despejados

No dia 2 de abril, três pessoas dispararam com armas de fogo, de dentro de um veículo, em direção ao Acampamento Alto da Paz, em Araguatins (TO). Dos cinco disparos, um atingiu o braço de Raimundo Nonato, um dos coordenadores do acampamento. No dia seguinte, 3 de abril, foi executada uma ação de despejo, violenta, das 100 famílias acampadas. Os acampados resistem à margem da fazenda Santo Hilário há cerca de seis anos, e já sofreram três ações de despejo. Localizada em terras da União, a Fazenda Santo Hilário está sob disputa judicial entre o Incra e o Instituto de Terras do Estado do Tocantins.

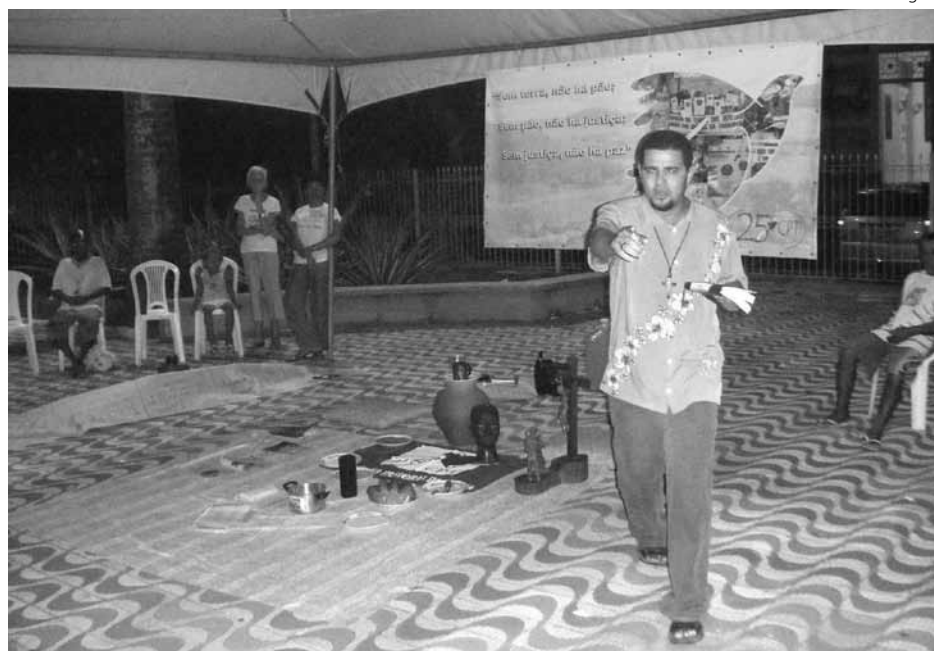


Foto: CPT Alagoas

CPT promove jejum pelos que passam fome no mundo

Para sensibilizar a sociedade sobre a falta de políticas públicas na área da alimentação, a CPT promoveu o 10º jejum em prol das pessoas que passam fome no mundo. Um grupo de pessoas que apoiam a causa se reuniu, no dia 3 de abril, em frente à Assembleia Legislativa de Alagoas,

em Maceió (AL), onde se realizou o jejum. Ao final do dia, o grupo partilhou pão com meninos e meninas de rua. De acordo com estatísticas, no Brasil 32 milhões de pessoas passam fome e outros 65 milhões alimentam de forma precária.

Trabalhador rural assassinado em Rondon do Pará

Em Rondon do Pará (PA) o trabalhador rural Edvan de Amarantes, de 43 anos, foi assassinado a tiros e facadas, ao passar por uma fazenda. O crime aconteceu no dia 24 de abril, na fazenda Água Branca, cujo proprietário, conhecido como Erlon, contratou pistoleiros para proteger a proprie-

dade. Edvan foi assassinado ao passar por uma estrada da propriedade Água Branca, para buscar cães que tinham fugido para a propriedade vizinha, fazenda Gavião. Edvan morava em uma área próxima à fazenda, que está em processo de se tornar um Projeto de Assentamento Estadual.

Foto: CPT Rio Grande do Sul



Prefeitura de São Gabriel derruba monumento de Sepé Tiaraju

O monumento erguido, em São Gabriel (RS), em homenagem ao indígena Sepé Tiaraju foi destruído, pela prefeitura do município, no dia 7 de maio. O monumento representava os Sete Povos das Missões e marcava o local, onde soldados espanhóis e portugueses massacraram o Povo Guarani, devastaram suas terras e o meio ambiente. Sepé Tiaraju foi líder indígena Guarani e assassinado pelos soldados em 1756. O monumento foi erguido, em 2006, durante a Assembléia Continental Guarani.

Instalação do Fórum para Monitoramento dos Conflitos Fundiários

O Conselho Nacional de Justiça instalou o Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários. O Fórum foi criado com o objetivo de monitorar e resolver conflitos fundiários rurais e urbanos. A cerimônia de instalação ocorreu no dia 11 de maio, em Brasília (DF). De acordo com o pesquisador e geógrafo, Eduardo Girardi, o Fórum só contribuirá para a resolução de conflitos por terra se optar pela ampliação da Reforma Agrária. Entre 1999 e 2008, a CPT registrou 5.335 conflitos, na zona rural, envolvendo a posse da terra.

Gilmar Mendes suspende o curso de veterinária para assentados

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, manteve a suspensão do curso de medicina veterinária para assentados do programa de Reforma Agrária do governo federal, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A suspensão foi determinada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a pedido do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. O curso faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e tem o objetivo de capacitar grupos historicamente desfavorecidos, por meio da criação de condições para reduzir as desigualdades sociais.

Dom Izidoro se afasta da Diocese de Três Lagoas

Após mais de 27 anos à frente da Diocese de Três Lagoas (MS) como bispo, Dom Izidoro Kosinski se afastou da Diocese e voltou para sua cidade natal, Araucária (PR). Dom Izidoro assumiu uma luta de assistência pastoral aos ribeirinhos do Rio Paraná e aos trabalhadores sem terra da região. Entre as ações encabeçadas por ele, está a documentação de terras de propriedade da Diocese para famílias sem moradia e trabalhadores rurais.

JORNADAS

Camponesas realizam protestos no Dia Internacional da Mulher

MARINA MUNIZ*

Nos dias que seguiram o 8 de março, mulheres camponesas, sem terra, ribeirinhas, indígenas e quilombolas realizaram uma série de mobilizações e atividades pelo Dia Internacional da Mulher. As manifestações giraram em torno do reconhecimento feminino, superação da desigualdade econômica e luta por uma maior participação social das mulheres. Mas as atividades ultrapassaram a barreira do gênero e denunciaram a situação das trabalhadoras e trabalhadores rurais no Brasil. As mulheres ligadas à Via Campesina protestaram por um modelo agrícola baseado na pequena agricultura e realização da Reforma Agrária, com medidas de geração de empregos e qualidade de vida para a população rural. No dia 8 de março foi divulgada a Declaração da

Comissão Internacional das Mulheres da Via Campesina, lançada em Seul, na Coreia do Sul. Na Declaração, as camponesas exigiram o direito a uma vida digna e sem violência, e o respeito por seus direitos sexuais e reprodutivos. O Dia de Luta dos Movimentos Internacionalistas de Mulheres também teve repercussão no Brasil. No segundo dia de atividades foram realizadas manifestações em Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília, que concentrou os protestos. Na capital federal, um grupo de agricultoras se reuniu com o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Jacques Diouf.

Também em Brasília, no dia 10 de março, cerca de 350 mulheres, integrantes de movimentos sociais urbanos e da Via Campesina, realizaram uma vigília

em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) para protestar contra a criminalização dos movimentos sociais. No Senado Federal, outro grupo de mulheres participou do lançamento da Aliança Camponesa Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, juntamente com as pastorais sociais e organizações ambientalistas. No mesmo dia ocorreram protestos em Pernambuco e no Pará. Em Pernambuco, cerca de 700 mulheres se manifestaram contra a transposição do Rio São Francisco e o avanço do agronegócio na região. No Pará, 250 mulheres realizaram estudos sobre soberania alimentar, questão agrária e a violência no estado. No dia 11 de março, ao final da jornada de manifestações, cerca de 700 mulheres da Via Campesina marcharam em Bagé (RS) contra a monocultura do eucalipto na região.

Foto: MST Mato Grosso



Abril Vermelho realiza ações por todo o Brasil

No dia 7 de abril teve início a edição 2009 das atividades promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em favor da reforma agrária, conhecida como Abril Vermelho. As atividades foram realizadas, em todo o país, no mês de abril, em rememoração ao Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), onde no dia 17 de abril de 1996, policiais militares mataram 19 trabalhadores rurais sem terra. A Jornada Nacional de Lutas contou com dois acampamentos no Pará, que cobraram a condenação dos responsáveis pelo massacre, além de apoio financeiro e médico do governo às famílias sobreviventes. Em Eldorado dos Carajás, 500 trabalhadores e trabalhadoras rurais participaram do Acampamento da Juventude, que se iniciou no dia 10 de abril.

No dia 8 de abril, 1.500 famílias ligadas ao MST ocuparam a fazenda Putumaju, da papelaria Veracel Celulose, em Eunápolis (BA), para denunciar os abusos cometidos pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio e a ocupação de terras devolutas pela Veracel. No dia 9 de abril ocorreu a primeira ocupação urbana em Belo Horizonte (MG), batizada de Dandara, que contou com cerca de duas mil pessoas, e foi realizada pelo MST, o Fórum de Moradia do Barreiro e as Brigadas Populares. Em Salvador (BA), cerca de dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados ao MST ocuparam a Secretaria de Agricultura, no dia 13 de abril, para pressionar o governo a promover melhorias na infraestrutura dos assentamentos da região. Em Mato Grosso, a principal atividade foi a "Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Defesa do Meio Ambiente" onde 300 trabalhadores e trabalhadoras rurais caminharam os 100 quilômetros entre as cidades de Jangada e Cuiabá. No dia 17 de abril, foi lançada, em Cuiabá, a "Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar". O Abril Vermelho também levantou a luta pela retomada das terras públicas ocupadas por particulares no país.

Foto: MST



*Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ABRIL INDÍGENA

Indígenas do Acampamento Terra Livre 2009 exigem respeito e terra, mais uma vez

MAÍRA HEINEN*

Em sua sexta edição, o Acampamento Terra Livre 2009 contou com a participação de mais de mil indígenas em Brasília, entre os dias 4 e 8 de maio. Os representantes de mais de 130 etnias vieram exigir respeito, apresentar os problemas que vêm enfrentando e aprovar novas propostas para o Estatuto dos Povos Indígenas, cuja tramitação esta parada no Congresso Nacional há quase 15 anos.

Muito do que foi apresentado é repetição do que já havia sido colocado em Acampamentos anteriores. Prova de que pouco ou nada se fez para solucionar grandes questões como a do Mato Grosso do Sul. O estado tem o maior índice de suicídios e homicídios de indígenas, de acordo com o relatório de violência elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 2008, foram 42 indígenas assassinados e 34 cometeram suicídio. No estado, milhares de indígenas vivem confinados em pequenas parcelas de terra, sofrendo discriminação e vendo a destruição de sua cultura. Para lideranças que participaram do evento, como Romancil Creta, líder do povo Kaingang, é preciso que o governo reconheça o protagonismo dos povos indígenas e coloque o Estatuto na ordem do dia. Ele também reforçou que existe ainda um grande descaso em relação às demarcações de terras em todo o país. “É uma situação que se repete em todo o país. E nesses mais de 500 anos nossos parentes morreram sem poder se defender. Nós estamos cansados disso e vamos lutar até o fim”. A cada participante que apresentava seu testemunho, a questão do desrespeito ao território dos povos indígenas era reafirmada como origem de praticamente todos os problemas.

O Estatuto

O VI Acampamento Terra Livre foi definido como última instância de aprovação de propostas para o Estatuto dos Povos Indígenas. Elaborada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), as propostas foram estudadas durante a semana do Acampamento por 20 grupos temáticos. Os indígenas requerem mudanças profundas em relação ao Estatuto que está



Foto: Maira Heinen - Cimi

em vigor desde 1973 e ao projeto que está no Congresso. No dia 7 de maio, os indígenas estiveram em audiência no Senado para pressionar os senadores e deputados a retomarem as discussões sobre o Estatuto. Durante a audiência, os indígenas também repudiaram a iniciativa de alguns deputados e senadores, com propostas que ameaçam os direitos indígenas. “Sabemos que muitos parlamentares têm posições anti-indígenas, mas nossa perspectiva é positiva em relação ao Estatuto”, diz Sandro Tuxá, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito (Apoinme). “Quando voltarem a discutir o estatuto, voltaremos a Brasília para garantir que o texto aprovado garanta os nossos direitos”, afirma.

Temas recorrentes

O documento final do Acampamento Terra Livre 2009 registrou as denúncias recorrentes de violação aos direitos indígenas principalmente em relação à terra,

à saúde e à criminalização. A situação do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul foi destacada como umas das mais problemáticas, o que levou a muitas manifestações de apoio de vários povos. Em relação a criminalização, foi dado destaque à questão do povo Xukuru em Pernambuco, onde várias lideranças, inclusive o cacique Marcos Luidson, foram condenadas sem que fossem ouvidas todas as testemunhas de defesa. Também foi destacada a situação dos Cinta Larga, em Rondônia, em que estão em andamento 1.546 processos criminais contra os indígenas. A situação da saúde também foi tema central de um intenso debate. O movimento indígena vem denunciando há anos, as deficiências estruturais no atendimento prestado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e suas consequências para os povos indígenas de todo o Brasil. Ao final, ficou decidido apresentar proposta de criação imediata de uma Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena, que deve ter vínculo dire-

to com o Ministério da Saúde e deve assumir imediatamente a responsabilidade pela saúde indígena.

Protesto

Também no dia 7 de maio, durante a tarde, os indígenas realizaram uma passeata carregando faixas com dizeres de indignação e reivindicações. Em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional, protestaram contra parlamentares – em especial o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – que os desrespeitam com projetos anti-indígenas. Para o próximo ano, os indígenas esperam não ser necessário entregar um documento com as mesmas reivindicações de todos os anos. Mas que seja um momento de partilha de conquistas com todos os povos indígenas do país debaixo das lonas pretas, coloridas ou com palhas, em Brasília.

* Jornalista do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

CRIMINALIZAÇÃO

Repressão e Violência contra Movimentos do Campo

Foto: MAB



ANTONIO CANUTO*

No dia 24 de abril, cerca de 400 pessoas, lideradas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) participaram da ocupação do canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, PA. O que levou os trabalhadores a fazerem esta ocupação?

Em primeiro lugar era um protesto contra a violência na região, mas o que a ação queria era, sobretudo, escancarar diante da nação a situação de centenas de famílias. Após 25 anos da construção da barragem de Tucuruí, muitas ainda não receberam qualquer indenização e moram em favelas próximas às obras. A Hidrelétrica fornece energia subsidiada às grandes indústrias eletro-intensivas, mas não atende as comunidades próximas, como a Vila Cametá que fica somente a 15 km da obra e que ainda não teve acesso à energia elétrica, assim como ocorre com centenas

de pessoas que vivem nas ilhas formadas no lago da barragem. Segundo o MAB, desde 2004 os atingidos tentam assinar um convênio com a Eletronorte que beneficiaria mais de 900 famílias da região. Até agora nenhum acordo foi firmado.

A ação dos atingidos pela barragem de Tucuruí foi reprimida com violência. No dia 26 de abril, às seis horas da manhã, 18 trabalhadores foram detidos pela Polícia Militar e levados à delegacia. Antes de serem conduzidos a Belém, foram obrigados a um “desfile” por toda a cidade, exibidos como uma espécie de “troféu” da Polícia Militar. Foram indiciados por dez crimes, entre os quais os de sequestro, incitação ao crime e formação de quadrilha. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Luiz Couto, em nota afirmou que “as acusações que pesam contra os dezoito presos não se sustentam diante da realidade e não têm consistência jurídica”. E apresentou o “desfile” dos presos pela cidade como “a prova incontestá-

vel de que a prisão foi um ato de perseguição política”.

No dia 13 de maio, em vigília em solidariedade aos povos amazônicos, no plenário do Senado Federal, em Brasília, Rogério Höhn, da coordenação do MAB no Pará, relatou que os presos, pescadores e camponeses sem nenhum envolvimento em qualquer ação criminosa, apresentavam sintomas de depressão em virtude das humilhações sofridas. “Nossos companheiros estão presos por estarem reivindicando seus direitos negados há 25 anos. Tiraram-lhes a terra, o rio, a liberdade e agora estão lhes tirando a vida”, afirmou. Graças à mobilização popular, 14 foram postos em liberdade no dia 15 de maio. Os outros quatro, foram liberados no dia 8 de junho, após conquistarem o *habeas corpus*.

Acusados da violência que sofreram

Mas a violência praticada contra sem

terras do MST na Paraíba ultrapassou todos os limites imagináveis. Eles foram acusados das próprias violências que sofreram. No dia 1º de maio, 60 famílias montaram acampamento às margens da BR 230 próximo à Fazenda Cabeça de Boi, município de Pocinhos, já desapropriada pelo Presidente da República, em 04 de dezembro de 2008. Naquela mesma noite um grupo de homens encapuzados, liderados pela “proprietária” Maria do Rosário Rocha, dispararam contra as famílias e detiveram e torturaram sete trabalhadores. Sobre eles foi jogada gasolina e foram ameaçados de serem incendiados vivos. Barracos e um carro de um membro do movimento foram incendiados, armas foram colocadas na boca dos trabalhadores. As sessões de tortura só pararam ao raiar do dia, quando os encapuzados se retiraram e chegaram policiais, que também intimidaram e ameaçaram os trabalhadores que foram levados para o posto da Polícia Rodoviária Federal, e em seguida transferidos para o 2º Batalhão de Polícia em Campina Grande (PB). Cinco dos detidos foram liberados.

A polícia, no auto de flagrante registrou que os policiais foram recebidos a tiros por cerca de 30 pessoas, que incendiaram um veículo, impedindo a passagem da polícia.

As acusações contra os sem-terra foram de embulho e de incêndio em casa habitada.

O Ouvidor Agrário do Estado, Cleofas Caju, porém, que visitou os presos constatou “que os dois pais de família apresentavam hematomas, deformação no rosto, queimaduras no corpo e andavam com dificuldade”. Também viu que dos cinco que foram liberados, alguns apresentavam queimaduras. Após 34 dias de prisão, no dia 4 de junho, esses trabalhadores foram libertados.

A Coordenação Nacional da CPT divulgou a 27 de maio, nota sobre as violências acima. Nela lembrou do clamor que se elevou quando políticos e empresários foram presos e algemados e que isso levou o STF a aprovar medida que restringia o uso de algemas. “Os presos de Tucuruí tiveram que ‘desfile’ pelas ruas da cidade como um troféu”, diz a nota. E Pergunta: “Por acaso alguma voz se ergueu neste país para condenar tal ato?”.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA

Trabalhadores no Pará são baleados por capangas do banqueiro Daniel Dantas

ANTONIO CANUTO

Um dos conflitos de maior repercussão nacional, em abril, foi, sem sombra de dúvida, o das Fazendas Espírito Santo e Castanhal, no município de Xinguara, no Pará. De um lado, a Agropecuária Santa Bárbara. Um dos donos é Daniel Dantas, do Banco Oportunidade. Do outro, trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

Os fatos

Segundo o MST, 13 fazendas da Agropecuária Santa Bárbara estavam ocupadas desde fevereiro, uma delas, a Fazenda Espírito Santo, no município de Xinguara, com 120 famílias. Nesta fazenda, no dia 18 de abril, alguns sem terra, ao voltarem da mata próxima ao acampamento, onde tinham ido buscar madeira para reforçar os barracos destruídos pelas chuvas, foram ameaçados pelos “seguranças” armados da fazenda, que retiveram um trabalhador. Os sem terra se propuseram a resgatar o companheiro. Como este já havia sido liberado, organizaram uma marcha para apanhar o material recolhido na mata e que haviam abandonado no caminho. Ao chegarem à guarita da fazenda foram recebidos a bala e saíram correndo. Oito sem terra foram baleados. Segundo o MST, os sem-terra não estavam armados, só um posseiro que acompanhava o grupo portava uma espingarda.

A versão veiculada pela imprensa foi a de que houve troca de tiros e que jornalistas foram feitos reféns e utilizados como escudos humanos. A versão da Santa Bárbara fica bem sintetizada no ofício enviado à Ouvidoria Agrária Nacional onde

afirma: “No último final de semana, dia 18, foi veiculado em todos os meios de comunicação que os integrantes do MST, FETRAF e FETAGRI, invadiram a Fazenda Espírito Santo e Castanhal situadas em Xinguara, estado do Pará. Os integrantes invadiram as casas, escritórios e demais dependências da Fazenda, mataram gado, roubaram veículos, saquearam, fizeram cárcere de repórteres, advogada da empresa e empregados. Os invasores agrediram os seguranças e o conflito foi inevitável. Foram feridas pessoas de ambas as partes.”

Coincidência estranha, um conflito em área rural do interior do Pará, ter cobertura da imprensa! Lá estavam um

os “capangas” de Daniel Dantas atirando, como então se disse que houve troca de tiros?

A Agropecuária Santa Bárbara

Matéria de Guilherme Manechini publicada no Jornal Valor Econômico de 15 de janeiro de 2008 é esclarecedora. “Daniel Dantas está investindo pesadamente na pecuária... Com a maior parte de suas operações no Pará, com três anos de investimento, a Agropecuária Santa Bárbara detém o maior rebanho bovino do Brasil e um dos maiores do mundo. No fim de

Boa parte deste império, porém, é cercado de suspeitas de irregularidades fundiárias. O juiz da Vara Agrária de Redenção, por exemplo, já havia determinado o bloqueio da matrícula da Fazenda Espírito Santo, onde se deu o conflito, por entender que se tratava de terra pública, patrimônio do Estado do Pará. Mesmo assim a Agropecuária entrou com uma ação de reintegração de posse na Vara Agrária de Marabá. Não conseguindo despacho favorável, apelou ao Tribunal de Justiça do Estado que atendeu sua demanda. A CPT do Sul e Sudeste do Pará, em nota, denunciou que a empresa conseguiu esta liminar do Tribunal por tê-lo induzido a

erro declarando que o imóvel dista apenas 105 quilômetros de Marabá, quando na verdade fica a mais de 170. A nota ainda afirma que o ingresso da Ação na Vara Agrária de Marabá foi de má-fé, pois o imóvel se localiza na área de jurisdição da Vara Agrária de Redenção, onde já tramitam duas ações referentes à Fazenda.

No dia primeiro de junho de 2009, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou 21 ações civis públicas, que visam reparar o suposto dano ambiental por desmatamento irregular a maior parte no sudeste do Estado. Nove destas ações são contra fazendas da Agropecuária Santa Bárbara.

Fazenda Maria Bonita

Os conflitos em terras de Daniel Dantas não terminaram. No dia 9 de maio, três lavradores ficaram feridos após terem sido alvejados por seguranças da fazenda Maria Bonita, município de Eldorado do Carajás. A empresa alegou ter havido troca de tiros e se defendido de roubo de gado.



cinematista e um repórter da TV Liberal, de Belém, afiliada da Globo, um cinegrafista da Rede TV e um repórter do jornal Opinião, de Marabá. Por que lá estavam? A convite dos proprietários e transportadas em avião de Daniel Dantas. Cheira a armação. Como as equipes de reportagem tiveram acesso à fazenda se a via principal estava bloqueada, como se divulgou? Como o cinegrafista conseguiu as imagens, se era refém? As imagens mostraram

2007, dois anos depois de tomada a decisão de ingressar na pecuária, a Santa Bárbara abrigava em suas terras 423 mil cabeças de gado, 365% mais que na mesma época de 2006... No total, as terras da Santa Bárbara abrangem cerca de 510 mil hectares - 210 mil de pastagens e 300 mil de reservas nos municípios de Xinguara, Eldorado dos Carajás, Redenção, Paraupebas, Marabá, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia”.

XXI ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT

CPT realiza sua XXI Assembléia Geral e elege nova coordenação nacional

“Fiquem firmes e de cabeça erguida, a libertação está próxima” (Lc 21, 28).

CRISTIANE PASSOS*

Animados por esse lema, os cerca de 80 agentes pastorais, trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país se reuniram em Goiânia, Goiás, nos dias 16 e 17 de abril, para a XXI Assembléia Geral da CPT. Sob a reflexão dos novos desafios que se configuram para os agentes da CPT em todo o país, o grupo reunido em Assembléia contou com a assessoria de Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, Roberto Malvezzi, o Gogó, agente da CPT e Gilberto Cervinski, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que veio a Goiânia especialmente para esse evento.

Dom Tomás analisou inicialmente a importância da participação indígena, bem como das comunidades tradicionais, no Fórum Social Mundial 2009, em janeiro desse ano na cidade de Belém, Pará. Em seguida, em relação ao Estado, Dom Tomás foi categórico ao considerar que o governo assumiu e afirmou totalmente o seu compromisso com o agro e hidronegócios, deixando movimentos e entidades sociais em uma situação em que não há qualquer proposta alternativa. Além disso, Dom Tomás enfatizou a fragilização dos movimentos sociais diante da insistente tentativa do governo e da mídia em criminalizar suas ações e seus militantes. O bispo analisou ainda que o presidente Lula mantém-se numa posição eufórica e fechada diante da grande aceitação popular do seu governo, devido ao sucesso das medidas compensatórias instituídas por ele, como o bolsa-família. Na contramão segue o restante da América Latina, que tem servido como estímulo com seus governos realmente populares, como a Bolívia, o Equador, a Venezuela e o Paraguai. Dom Tomás considera que esse seria um cenário propício para um necessário plano continental, unindo as forças e as perspectivas de ações futuras para a América Latina. Em relação à conjuntura eclesástica, ele considerou que por muitas vezes

a CPT fica em uma posição de resistência ou de recuo na continuidade de seus trabalhos, no cumprimento de sua missão, diante da oposição de alguns bispos em

determinadas regiões. Para Dom Tomás, a CPT precisa resistir e se manter próxima aos grupos de base, atuando e assessorando-os, devendo, também, pôr em questio-

namento a centralização da Igreja local na figura do bispo.

Já Gogó fez uma exposição sobre as várias crises que estamos vivenciando.

A crise econômica, a crise ecológica, a crise do neoliberalismo... Segundo a sua análise estamos, na verdade, vivendo uma crise de comportamento da civilização atual, da maneira como ela vive. Essa maneira de viver acentua todas as outras crises, principalmente a crise ecológica. Por mais que o capitalismo se recupere, a escassez dos elementos básicos, como a água, vai trazer uma grave crise à sobrevivência da humanidade. Segundo ele, de acordo com a ONU, cada vez mais teremos menos solo agrícola e agricultável, menos água e mais gente para ser alimentada. Haverá uma crise alimentar. “A perda de área plantada de arroz nos últimos 15 anos foi de 1 milhão de hectares. E perdemos isso, basicamente, para a cana-de-açúcar”, completou Gogó. Ele considera que esse é um dos grandes dramas enfrentados pela CPT ao discutir e trabalhar com as comunidades. Mostrar a eles que, mesmo com algumas conquistas, com as melhores condições de vida que alguns deles

Foto: CPT Nacional



alcançaram, as consequências delas em longo prazo podem ser devastadoras. Já segundo Gilberto Cervinski, o MAB avalia a crise do atual momento como uma crise genuinamente do capitalismo. De acordo com ele, estamos entrando em um período histórico que pode ser devastador para o trabalhador, pois a grande capacidade da indústria de produção, devido principalmente aos avanços tecnológicos dos últimos anos, aliada ao desemprego, já que grande parte da mão-de-obra industrial foi substituída por essa tecnologia, gera muitos produtos para uma população que não tem poder de compra. Diante disso qual seria a saída? Ou se destrói o excedente ou se endivida a população. Crise. E quem vai pagar a conta são os trabalhadores, pois o dinheiro público que está indo socorrer as grandes indústrias, responsáveis pela crise, não vai ajudar também os trabalhadores. E com isso, segundo Cervinski, mantém-se a exploração dessa classe. O MAB avalia que a única saída seria a mudança dessa correlação de forças, através da organização do povo, da sua conscientização e mobilização, e, principalmente, através da aliança entre campo e cidade, em busca de um novo modelo que priorize a vida e o bem-estar social, ao invés do lucro e do capital.

Nova coordenação

A XXI Assembléia Geral elegeu, também, a nova coordenação nacional da CPT para o próximo triênio, 2009 a 2012. Foram eleitos: Dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais (PR), como presidente; Dom Enemésio Lazzaris, bispo de Balsas (MA), como vice-presidente; como coordenadores nacionais foram reeleitos padre Dirceu Fumagalli, padre Hermínio Canova e Lucimere Leão, e eleitos Flávio Lazzarin, Edmundo Rodrigues e Isolete Wichinieski. Já como coordenadores suplentes foram eleitos Jane Souza e Luciano Bernardi. Dom Tomás Balduino, um dos fundadores da CPT, permanece como conselheiro permanente da entidade.

Assumindo o compromisso de se reavaliar e reafirmando as suas ações de base e a sua aliança com todos que lutam para permanecer na terra ou conquistar a terra que nunca tiveram, a CPT divulgou, ao final de sua XXI Assembléia Geral, uma Carta Aberta à sociedade com as suas prioridades e lutas para esse ano.

CARTA FINAL DA XXI ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT

A CPT nos caminhos da terra

Há mais de 30 anos a Comissão Pastoral da Terra percorre os caminhos do campo brasileiro. Nossa missão é a fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra. Como dizia D. Hélder Câmara, “mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”.

Diante de todas as crises que se abatem sobre a humanidade e o planeta no qual vivemos, reafirmamos nossa missão. Como em nenhuma outra época é necessário reafirmar o compromisso com a Terra e com aqueles que a cultivam com carinho.

Nessa XXI Assembléia em que assumimos o compromisso interno de nos reavaliarmos com sinceridade e fraternidade, reafirmamos o trabalho de base, pisando onde o povo pisa, bebendo de sua água, comendo de seu pão, comungando suas dores, participando de suas alegrias.

Reafirmamos nossa aliança com todos que lutam para permanecer na terra ou para conquistar a terra que nunca tiveram. A reforma agrária, a limitação da propriedade da terra, a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, continuam irrenunciáveis. Essas, juntamente com os sem terra, camponeses, atingidos por barragens, assalariados migrantes, trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à de escravo, formam a multidão agredida pelo agro e hidronegócio, removidos de seus territórios, de seus rios, de suas florestas. Com eles e por eles continuamos existindo. Nesse sentido, rechaçamos toda criminalização dos movimentos sociais, particularmente quando essa tentativa vem de altas autoridades do Judiciário que deveriam garantir o Estado de Direito e os direitos do povo.

No espírito missionário da Conferência de Aparecida, reafirmamos a urgência de cuidar da mãe Terra. Aqueles que agredem os povos do campo são os mesmos que agredem o planeta que vivemos. As empresas do agro e hidronegócio, de mineração, de construção de barragens hidrelétricas derrubam as nossas florestas, destroem nossos rios, apropriam-se da terra, da água, expulsando os povos. Essas empresas e pessoas encontrarão em nós sempre um adversário e um denunciador. Nesse momento de aquecimento global, onde a própria comunidade da vida está em risco, reafirmamos nosso apoio à agroecologia, ao alimento saboroso e saudável, à soberania alimentar de nossos povos, ao uso de energias limpas e à terra partilhada.

Para tirarmos de nosso baú – como dizia Jesus – “coisas novas e velhas”, insistiremos na formação de nossos agentes e também do povo com o qual trabalhamos. O mundo atual exige novos conhecimentos, aliados aos saberes tradicionais, para que o trabalho seja pertinente, fecunde a terra e produza seus frutos.

Concluimos fazendo nossas as palavras do profeta e bispo Pedro Casaldáliga:

“Comprometemo-nos a viver uma «ecologia profunda e integral», propiciando uma política agrária-agrícola alternativa à política depredadora do latifúndio, da monocultura, do agrotóxico. Participaremos nas transformações sociais, políticas e econômicas, para uma democracia de «alta intensidade»”.

“Fiquem firmes e de cabeça erguida, a libertação está próxima”, Lc 21,28

Goiânia, 17 de abril de 2009.

13 anos do massacre de Eldorado dos Carajás
Dia Internacional da Luta Camponesa

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2008

Criminalização dos movimentos sociais cresce e acirra violência no país

CPT lança dados dos conflitos no campo no Brasil em 2008 e mostra o acirramento da violência contra os trabalhadores(as) rurais, e contra comunidades tradicionais.

CRISTIANE PASSOS*

No dia 28 de abril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou em Itaici (SP), durante a 47ª Assembléia Geral da CNBB, os dados dos conflitos no campo no Brasil em 2008. A divulgação contou com a presença do presidente e do vice-presidente da entidade, Dom Ladislau Biernaski e Dom Ene-mésio Lazzaris, respectivamente, além de Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT e Dirceu Fumagalli, membro da coordenação nacional da Pastoral. As análises dos dados de 2008 apresentados no dia da divulgação tiveram a assessoria do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto-Gonçalves. Numa visão geral o número de conflitos no campo teve uma queda acentuada de 2007 para 2008. Entretanto, manteve-se igual o número de pessoas assassinadas, 28. Esse dado sinaliza para o aumento da violência, pois, em 2007, computava-se uma morte para cada 54 conflitos, já em 2008, há uma morte para cada 42 conflitos. Os dados mostram ainda que 72% dos assassinatos em conflitos no campo aconteceram na Amazônia e que mais da metade dos conflitos atingem diretamente as populações tradicionais, deixando claro o interesse do capital sobre os territórios ocupados pelas mesmas.

Além disso, a pesquisa mostra que 2008 foi marcado por uma nova onda de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças. Essa investida se deu nas diferentes esferas do poder público. Em alguns estados, houve repressão violenta por parte da polícia. No legislativo, tanto no âmbito dos estados quanto no âmbito federal, proliferaram ataques aos movimentos. Mas, sobretudo, foi na esfera do poder Judiciário que se sentiu de forma

mais dura esta tentativa de criminalização. O destaque para este ataque sistemático aos movimentos fica com o Rio Grande do Sul, onde além da truculência da polícia e das medidas judiciais, entra em cena o Ministério Público Estadual (MPE), cujo Conselho Superior chegou a propor nada mais, nada menos do que a extinção do MST. O professor Carlos Walter Porto-Gonçalves atribui a essa ação do poder público, o crescimento de todos os índices de violência contra os trabalhadores do campo no estado do Rio Grande do Sul.

O jurista Jacques Távora Alfonsin, ao analisar as ações do MPE, diz de forma magistral, que “por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são os sem-terra que defendem seus direitos - é visto como perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, a ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião.”

Segundo o professor Carlos Walter, é possível notar uma mudança significativa na geografia dos assassinatos, posto que o ano de 2008 retoma o padrão histórico da geografia da violência, onde o Pará toma a dianteira com 46,4% dos casos ocorridos no país, enquanto em 2007 ele contava com apenas cerca de 18% do total de assassinatos. Cabe destacar que a queda observada no número de assassinatos no país e, sobretudo no Pará nos anos de 2006 e 2007, se deveu, segundo análises de Carlos Walter, à repercussão do assassinato da freira Dorothy Stang, o que ensejou que os governos federal e estadual tomassem medidas que, os dados de 2008 agora revelam, não tocaram no padrão histórico de violência que vem caracterizando a reprodução da nossa



Muda a geografia da violência no campo brasileiro

estrutura de poder. Enfim, o poder público, também no caso do assassinato de Dorothy Stang, agiu com medidas emergenciais e não estruturais diante da violência e, assim, o complexo de violência e devastação permanece com seu padrão de reprodução histórico. Observa-se que, além do Pará, outros três estados tiveram aumento do número de pessoas assassinadas no ano de 2008 - Bahia, Rondônia e Rio Grande do Sul.

As regiões Norte e Sul acusaram aumento do número de pessoas assassinadas pela ação direta do poder privado, com 18 casos registrados na região Norte, aumento de 80% em relação a 2007, e 3 no Sul do Brasil, aumento de 33% em relação a 2007. Registre-se que os estados de Ron-

dônia e Rio Grande do Sul são os únicos em que os dois indicadores de violência do poder privado aumentaram, isto é, tanto o número de pessoas assassinadas como o de famílias expulsas pela ação direta do poder privado. No caso das famílias expulsas, quatro outros estados acusaram aumento em 2008 em relação a 2007, todos da região Nordeste - Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Aqui, vale salientar que esse aumento se caracteriza devido à retomada da expansão do monocultivo de cana nos estados da Zona da Mata (AL, PB e RN) com os incentivos governamentais em sua campanha pelo etanol e à rearticulação das entidades das oligarquias latifundiárias com sua violência privada expulsando famílias.

Violência do Poder Público

No caso da ação do poder público exercendo a violência “legal” vemos que, apesar da queda geral no país do número de prisões e de famílias despejadas, a região Norte acusa um aumento das ações de despejo lavradas pelo poder judiciário e cumpridas pelo poder executivo, assim como a região Sul acusa aumento no número de pessoas presas, nesse caso com destaque para o estado do Paraná com um aumento de 200%!

É interessante observar que em cinco unidades da federação - Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Piauí, Amazonas e Rio Grande do Sul - a violência do Poder Público aumentou nos dois indicadores simultaneamente, isto é, tanto no número de famílias despejadas como no de prisões. Afora o Rio Grande do Sul onde a violência do poder Público tanto do Executivo como do Judiciário vem instigando o aumento geral da violência e da conflitividade, sendo o único estado em que todos os indicadores aumentaram, assinalamos o fato de que nos demais quatro estados em que o Poder Público se destacou em ambos indicadores, a presença dos latifúndios empresariais monocultores de exportação esteja avançando - Mato Grosso do Sul (cana e monocultivo de madeira), Espírito Santo (monocultivo de madeira) e o Piauí (soja). Destaquemos, por outro lado, a forte presença de unidades da federação da Amazônia Legal onde o poder público vem agindo com todo seu peso nos conflitos ou prendendo, ou lavrando ordens de despejo: no Amazonas, nos dois indicadores; no Acre, Pará e em Roraima, com prisões, e no Maranhão, com despejo de famílias. O Pará é um estado que apresenta um comportamento sui generis na medida em que nele dispara a violência do poder privado por meio dos assassinatos, mas a violência institucional por meio da ação do estado se faz, sobretudo, no aumento das ações de despejo de famílias e não no número de prisões que, ao contrário, regride. Ou, em números proporcionais, enquanto o número de assassinatos aumentou 160% e em 53% o número de famílias despejadas, o número de ordens de prisão, simplesmente, caiu cerca de 50%.



Cresce o número de denúncias de trabalho escravo

Em 2008 foi registrado o maior número de casos denunciados de trabalho escravo, 280, 5,6% a mais que em 2007, 265 casos. O maior número anteriormente registrado foi em 2005, com 276 denúncias. O número de pessoas libertadas alcançou, em 2008, seu segundo maior número histórico desde a criação do Grupo Móvel: 5.266, logo atrás do ano anterior 5.974. O maior número de trabalhadores libertados o foi no setor sucro-alcooleiro, 2.553 pessoas, 48% do total. Mas o maior número de casos denunciados está vinculado à pecuária, 134 casos que junto com o desmatamento (7 casos), correspondem a 51% das ocorrências (em 2007, 64%). Além disso, 2008 foi o ano em que mais foram realizadas ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ao se analisarem os casos de trabalho escravo em todo o país, é possível perceber que as áreas geográficas de

cultivo antigo ou de expansão recente da cana-de-açúcar aumentaram dramaticamente sua participação no total de libertados em flagrantes de trabalho escravo nos últimos dois anos. Basta constatar que a região Norte, que sempre liderou esses números no passado, está em 2008 no terceiro lugar pelo número de libertados (19%), após o Nordeste (28,4%) e o Centro-Oeste (32,0%). No detalhamento por estado, o ranking é bastante esclarecedor: Goiás, pelo segundo ano consecutivo, acessa ao 1º lugar (867 libertados em 6 casos), seguido por Pará (811 libertados em 66 casos fiscalizados, de um total de 106 denunciados), Alagoas (656 em 3 casos) e Mato Grosso (581 em 31 casos). Seguem: Paraná (391 libertados), Pernambuco (309), Mato Grosso do Sul (236) e Minas Gerais (229). Pelo número de casos encontrados, porém, o Norte continua líder incontestado entre as regiões, com cerca da metade (46,8%) das ocorrên-

cias de trabalho escravo, contra “apenas” 18,9% no Centro-Oeste ou 17,9% no Nordeste, e 7,9% no Sul e 8,6% no Sudeste. Território mais difícil de acesso para os fiscais, a Amazônia Legal concentrou, em 2008, 68% dos registros de trabalho escravo, 48% dos trabalhadores nele envolvidos e 32% dos resgatados. O surgimento de novos estados nos registros nacionais de trabalho escravo merece destaque. Em 2008, um ano recorde em termos de operações de fiscalização, Sul e Sudeste contribuem cada um com 10% do total de libertados, com destaque para Paraná (391 resgatados), Minas Gerais (229), São Paulo (180) e Santa Catarina (132). Em 2008, quase a metade das fiscalizações com libertação efetiva foram assumidas pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

SÃO FRANCISCO VIVO!

Premiação de Dom Luiz amplia luta pelo São Francisco no exterior

INGRID CAMPOS*

A entrega do Prêmio de Cidadão do Mundo, concedido pela Fundação Kant a Dom Luiz Cappio, no mês de maio, na cidade de Freiburg, Alemanha, marcou a retomada na Europa das discussões sobre a transposição e principiou a divulgação da *Campanha Opará - Povos Indígenas em defesa do Rio São Francisco*. Protagonizada pelos indígenas que vivem na bacia do rio, a mobilização tem a participação de várias organizações, entre as quais a Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). “Fico muito feliz que vários grupos se unam para lutar contra um projeto que não faz sentido. Isso é fundamental para dar visibilidade à nossa luta”, comemora D. Luiz. A Campanha, através de petições populares, relatório-denúncia e manifestações públicas, quer pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar ações pendentes contra o projeto de transposição, em especial as que tratam das terras indígenas afetadas. Exige também a realização de Audiências Públicas democráticas, inclusive no STF, para que as questões obscuras e ilegalidades do projeto sejam abertamente debatidas. Uma das pendências a serem julgadas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4113, que aponta desrespeito ao artigo 49 da Constituição Brasileira, que obriga a consulta ao Congresso Nacional em caso de empreendimento que envolva terras indígenas. Na bacia do São Francisco vivem 33 tribos e diretamente afetados pela transposição estão quatro povos - Truká, Tumbalalá, Pipipá, Kambiwá - cujos territórios ainda não foram completamente definidos. O Congresso jamais foi ouvido.

“A campanha traz a afirmação da relação espiritual e cultural que os povos indígenas têm com o rio”, explica o coordenador geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e cacique dos Tuxás, Manoel Uilton Tuxá. Ele ainda afirma que a campanha é mais ampla: “Os povos indígenas são contra



Foto: Wolfgang Max

todos esses grandes empreendimentos empresariais que estão sendo construídos ao longo da bacia e que há anos têm nos prejudicado”. A reivindicação de Uilton é reiterada pelo Relatório-Denúncia “Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do Rio São Francisco”. O documento elaborado pela APOINME, em conjunto com outras organizações, com base em “cartografias sociais” feitas pelas próprias comunidades, aponta várias agressões sofridas por estes povos ao longo dos últimos 50 anos, como as barragens. As obras do Eixo Norte começaram em terra comprovadamente Truká, ainda em processo de reconhecimento oficial. No Ceará, 90 famílias do povo Anacé já foram expulsas de sua terra tradicional e alojadas em assentamentos para a construção do Centro Industrial Porto de Pecém, um dos empreendimentos a ser beneficiado pela transposição.

Campanha tem apoio na Europa

As ações iniciais já começam a dar re-

sultado. O respaldo que D. Luiz adquiriu na Alemanha e na Áustria facilitou. Ele se reuniu com parlamentares alemães, como a presidente da bancada do Partido Verde no parlamento alemão e ex-ministra de Agricultura, Renate Künast. Esteve em debate com o ministro de Estado, chefe da Casa Civil, Thomas de Maiziére e se encontrou com o relator especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Richard Falk. D. Luiz divulgou a campanha e questionou os exageros da sociedade de consumo, por exemplo, o gasto excessivo de energia da sociedade alemã. “A sociedade da abundância facilmente vira do desperdício”, disse ele. Na ocasião também foi criticada a intenção do governo alemão de aumentar a porcentagem de etanol nos combustíveis para cumprir a meta estabelecida pela União Europeia de diminuir em 10% o consumo de combustíveis fósseis. “Falamos dos problemas sociais e ambientais que a expansão dos agrocombustíveis tem causado no Brasil e enfatizamos que o enfrentamento das mudanças climáticas tem que ser global, que eles também têm que rever o mode-

lo e os padrões de consumo de energia”, explica o agente da CPT Bahia e coordenador do Projeto São Francisco, Ruben Siqueira, que acompanhou D. Luiz. A campanha foi divulgada na TV e em jornais locais. Cerca de 100 grupos, entidades, agências e ONGs alemãs e austríacas estão apoiando. Mais de 10 mil pessoas nesses países já se manifestaram enviando cartas ao Supremo Tribunal Federal e ao Governo Federal. “Os grupos solidários conhecem bem a realidade brasileira e apoiaram prontamente a campanha”, comemora D. Luiz.

Estão sendo planejadas outras ações que culminarão, em setembro, com a divulgação de um relatório-denúncia na Europa. No Brasil, mobilizações e eventos estão sendo programados. O documento será lançado no seminário da APOINME, em Salvador, de 27 a 31 de julho e que reunirá 350 lideranças de 70 nações indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

* Assessora de comunicação da Articulação São Francisco Vivo.

NOTA PÚBLICA

Oficializada a grilagem da Amazônia

A aprovação da MP 458 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado provocou reações as mais diversas. Os movimentos sociais e ambientalistas pediram que Lula vetasse os artigos alterados pela Câmara que tornaram o texto muito pior do que o original. Os ruralistas, por sua vez, bombardearam a presidência da República com uma avalanche de mais de um milhão de mensagens pedindo a sanção da Lei como aprovada pela Câmara.

A CPT, na contramão, emitiu nota em que não pedia o veto às alterações introduzidas. Atacou a MP como um todo, responsabilizando o presidente Lula pela oficialização da grilagem de terras na Amazônia. Esta regularização corresponde a uma área equivalente à que foi destinada em 27 anos a programas de reforma agrária em todo o Brasil. De 1979 a 2006, foram criados 7.666 assentamentos, beneficiando 913.046 famílias, com área total de 64.552.767 ha. A Medida legaliza 67 milhões de hectares.

A seguir a íntegra da nota:

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, se junta ao clamor nacional diante de mais uma agressão ao patrimônio público, ao meio ambiente e à reforma agrária.

No último dia 4 de junho, o Senado Federal aprovou a MP 458/2009, já aprovada com alterações pela Câmara dos Deputados, e que agora vai à sanção presidencial. É a promoção da “farra da grilagem”, como se tem falado com muita propriedade.

Com o subterfúgio de regularização de áreas de posseiros, prevista na Constituição Federal, o governo federal, em 11 de fevereiro baixou a MP 458/2009 propondo a “regularização fundiária” das ocupações de terras públicas da União, na Amazônia Legal, até o limite de 1.500 hectares. Esta regularização abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas e que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. Desta forma a Medida Provisória 458, agora às vésperas de ser transformada em lei, regulariza posses ilegais. Beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária, pois, de acordo com a Constituição, somente 7% da área ocupada por pequenas propriedades de até 100 hectares (55% do total

das propriedades) seriam passíveis de regularização. Os movimentos sociais propuseram que a MP fosse retirada e em seu lugar se apresentasse um Projeto de Lei para que se pudesse ter tempo para um debate em profundidade do tema, levando em conta a função social da propriedade da terra. O Governo, entretanto, descartou qualquer discussão com os representantes dos trabalhadores do campo e da floresta.

Esta oficialização da grilagem da Amazônia está chamando a atenção de muitos pela semelhança com o momento histórico da nefasta Lei de Terras de 1850, elaborada pela elite latifundiária do Congresso do Império, sancionada por D. Pedro, privatizando as terras ocupadas. Hoje é um presidente republicano e ex-operário quem privatiza e entrega as terras da Amazônia às mesmas mãos que se tinham apoderado delas de forma ilegal e até criminosa.

Esta proposta de lei, que vai para a sanção do Presidente Lula, pavimenta o espaço para a expansão do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, bem ao gosto dos ruralistas. Por isto não foi sem sentido a redução aprovada pela Câmara dos Deputados de dez para três anos no tempo em que as terras regularizadas não poderiam ser vendidas e a regularização de áreas para quem já possui outras propriedades e para pessoas jurídicas. Daqui a três anos nada impede que uma mesma pessoa ou empresa adquira novas propriedades, acumulando áreas sem qualquer limite de tamanho. Foi as-

sim que aconteceu com as imensas propriedades que se formaram na Amazônia, algumas com mais de um milhão de hectares, beneficiadas com os projetos da Sudam.

Ironia do destino, Lula, que em 1998 afirmou que “se for eleito, resolverei o problema da reforma agrária, com uma canetada”, ao invés de executar a reforma agrária prometida, acabou com uma canetada propondo a legalização de 67 milhões de hectares de terras griladas na Amazônia, um bioma que no atual momento de crise climática mundial aguda grita por preservação para garantir a sobrevivência do planeta.

O mesmo presidente que, em entrevista à Revista Caros Amigos, em novembro de 2002 dizia: “Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terra! Isso não tem justificativa em lugar nenhum do mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos” acabou sendo o refém desta bancada, pior ainda, recorreu à senadora Kátia Abreu, baluarte da bancada ruralista, inimiga número um da reforma agrária, para a aprovação da medida no Senado. Já ceder à pressão dos ruralistas aprovando a Lei dos Transgênicos. Não atualizou os índices de produtividade estabelecidos há mais de 30 anos atrás, o que poderia possibilitar o acesso a novas áreas para reforma agrária. Não se empenhou

na aprovação da proposta de emenda constitucional PEC 438/01 que expropria as áreas onde se flagre a exploração de trabalho escravo. Além disso, promoveu à condição de “heróis nacionais” os usineiros e definiu como empecilhos ao progresso as comunidades tradicionais, os ambientalistas e seus defensores.

Lula que, com o Programa Fome Zero, teve a oportunidade de realizar um amplo processo de reforma agrária, transformou-o, porém, em um cartão do Bolsa Família que a cada mês dá umas migalhas a quem poderia estar produzindo seu próprio alimento e contribuindo para alimentar a nação.

Os movimentos sociais do campo, inclusive a CPT, vem defendendo há anos, por uma questão de sabedoria e bom senso, um limite para a propriedade da terra em nosso País. Mas o que vemos é exatamente o contrário. Cresce a concentração de terras, enquanto que milhares de famílias continuam acampadas às margens das rodovias à espera de um assentamento que lhes dê dignidade e cidadania, pois, como bem afirmaram os bispos e pastores sinodais que subscreveram o documento Os pobres possuirão a terra “A política oficial do país subordina-se aos ditames implacáveis do sistema capitalista e apoia e estimula abertamente o agronegócio”.

Goiânia, 09 de junho de 2009.

Dom Ladislau Biernaski
Presidente da Comissão Pastoral da Terra



NUESTRA AMÉRICA

Massacre de indígenas no Peru

Dezenas de indígenas foram mortos e outros tantos ficaram feridos após um enfrentamento com a polícia peruana no último dia 5 de junho.

CRISTIANE PASSOS*

Os enfrentamentos no Peru são resultados de um conflito entre grupos indígenas defensores da selva amazônica e o governo de Alan García que quer explorar riquezas petrolíferas, madeiras e minerais na região. Os indígenas agrupados na Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesep) se mobilizaram contra a destruição e a poluição de seu espaço. Eles receberam o apoio de numerosos setores da população de todo o país. Mesmo assim, o governo continuou manifestando a sua vontade de abrir caminho às companhias estrangeiras de exploração a qualquer custo. Deixando, com isso, de lado os direitos reconhecidos às comunidades desde os anos 1970, pelo governo militar progressista de Juan Velasco Alvarado, e protegidos pelas convenções da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificadas pelo Peru em 1994.

Diante da resistência indígena, preocupada com a preservação de suas matas e do território amazônico, o governo peruano jogou todo seu aparato policial e armamentista contra os vários grupos indígenas que estavam mobilizados em manifestações na cidade de Bagua. O resultado desse enfrentamento foi o massacre de dezenas de indígenas peruanos, cujos corpos foram descartados em um rio próximo ao local do embate. Até hoje ninguém sabe ao certo o número de mortos e desaparecidos nesse massacre que manchou as terras amazônicas dos nativos peruanos. As mesmas terras que abrigaram a resistência do grande líder Túpac Amaru assiste agora mais uma tentativa de aniquilação dos povos milenares, guardiões da mata e da região.

Histórico do Conflito

No dia 9 de abril, as associações que representam cerca de 350 mil indígenas amazônicos de 56 etnias, articuladas na Aidesep, iniciaram uma paralisação. Trechos de estradas, oleodutos e gasodutos foram ocupados. No dia 8 de maio foi decretado estado de sítio e mesmo assim os manifestantes não suspenderam as mobili-



Foto: Intercontinental Cry

zações. O Legislativo começou a dar sinais de que iria ceder. No dia 19, a Comissão Constitucional do Congresso declarou inconstitucional o mais ofensivo dos decretos do governo, o 1.090, que permitia a ele vender concessões florestais a critério de um departamento do Ministério da Agricultura. As comunidades que seriam afetadas sequer foram consultadas ou informadas sobre as intenções de exploração de seus territórios. Diante da possibilidade de anulação desse decreto, os indígenas anunciaram que caso ele fosse revogado, eles suspenderiam os protestos sem esperar pela anulação dos demais decretos. Mas, no dia 2 de junho, o partido governista Aprista se recusou a colocar a questão em votação e no dia seguinte o governo ordenou o ataque aos manifestantes.

Cerca de 2 mil indígenas estavam concentrados no bloqueio de uma estrada perto da cidade de Bagua, junto à fronteira do Equador, quando foram emboscados pela polícia e por soldados fortemente armados e amparados por helicópteros que lançavam bombas de gás sobre os manifestantes. Dezenas de índios foram mortos. A população de Bagua se revoltou e foi às ruas. Incendiou sedes de órgãos governamentais e do Partido Aprista, e aprisionou 38 policiais que depois foram liberados. Segundo os indígenas, eles foram proibidos de recolherem os corpos de seus parentes e companheiros. De acordo com lideranças locais, helicópteros da polícia jogaram os corpos dos índios em sacos negros no rio Marañón. Ao mesmo tempo, o governo peruano veiculava na televisão

imagens de policiais feridos por “pseudo-nativos” e “selvagens”, que tentam a todo custo impedir o desenvolvimento do Peru e o aproveitamento de seu petróleo. Além disso, García ordenou a prisão de lideranças dos índios e ainda acusou o presidente da Bolívia, Evo Morales, de dar refúgio a algumas dessas lideranças, instigando e apoiando, dessa forma, a revolta deles. O governo fez uma pesada propaganda nos meios de comunicação a fim de inverter os rumos do confronto, rebaixando os agredidos ao posto de agressores. Entretanto, com o passar dos dias as atenções e os questionamentos foram virando-se contra o governo peruano. Organizações indígenas de vários países da América Latina condenaram as ações do governo de García e manifestaram apoio aos nativos peruanos.

Uma carta assinada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, foi entregue à embaixada peruana em Brasília expressando todo seu repúdio ao massacre perpetrado contra os índios do Peru pelo governo de Alan García. Diante das pressões de várias partes do mundo e principalmente do continente latino-americano, o governo teve de recuar e no dia 10 de junho votou a “suspensão” dos decretos 1.090 e 1.064, que previa a abertura das terras da selva à exploração agrícola. Mesmo assim, nacionalistas e indígenas mantêm a pressão para que haja uma concreta revogação desses decretos, e não apenas a suspensão. Com isso, eles prometeram continuar as manifestações e paralisações até que esse objetivo seja alcançado. A tensão na região continua e novos focos de violência podem surgir a qualquer momento. Principalmente diante de um governo explicitamente alheio aos direitos humanos e à preservação da vida de sua população.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ARTIGO

O fim dos empregos e a falta de alimentos!?

MILTON CÉSAR GERHARDT*

Olhando para a realidade global, dois parecem ser os desafios centrais: desemprego e pobreza. Associado a isso, a falta de alimentos no mercado mundial. Junto com a constatação da escassez de alimentos, contudo, surgem algumas questões: Será mesmo escassez ou má distribuição de alimentos? Por que não existem soluções imediatas? Como pode faltar alimentos com tanta tecnologia e terras favoráveis?

O livro de Rifkin, “O fim dos empregos”, faz uma abordagem do contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo, e da revolução tecnológica que atinge em cheio a agricultura mundial. O autor Rifkin trabalha sob vários enfoques e aspectos que surgem como alarmantes numa realidade que prevê 80% da população como irrelevante, ou seja, não necessária para o sistema globalizado.

No livro é apresentada a idéia do fim da agricultura ao ar livre; o fim do agricultor; o operariado sendo aposentado; o último prestador de serviço; o repouso eterno da Classe Trabalhadora. A partir destes aspectos, Rifkin, em seu livro perturbador, afirma que estamos adentrando numa nova fase na história. Uma fase caracterizada pelo declínio contínuo e inevitável do nível dos empregos. A humanidade apresenta computadores sofisticados, robótica, telecomunicações e outras tecnologias da Era da Informação que estão rapidamente substituindo os seres humanos em praticamente todos os setores e mercados. As fábricas e as empresas virtuais quase despovoadas assomam no horizonte.

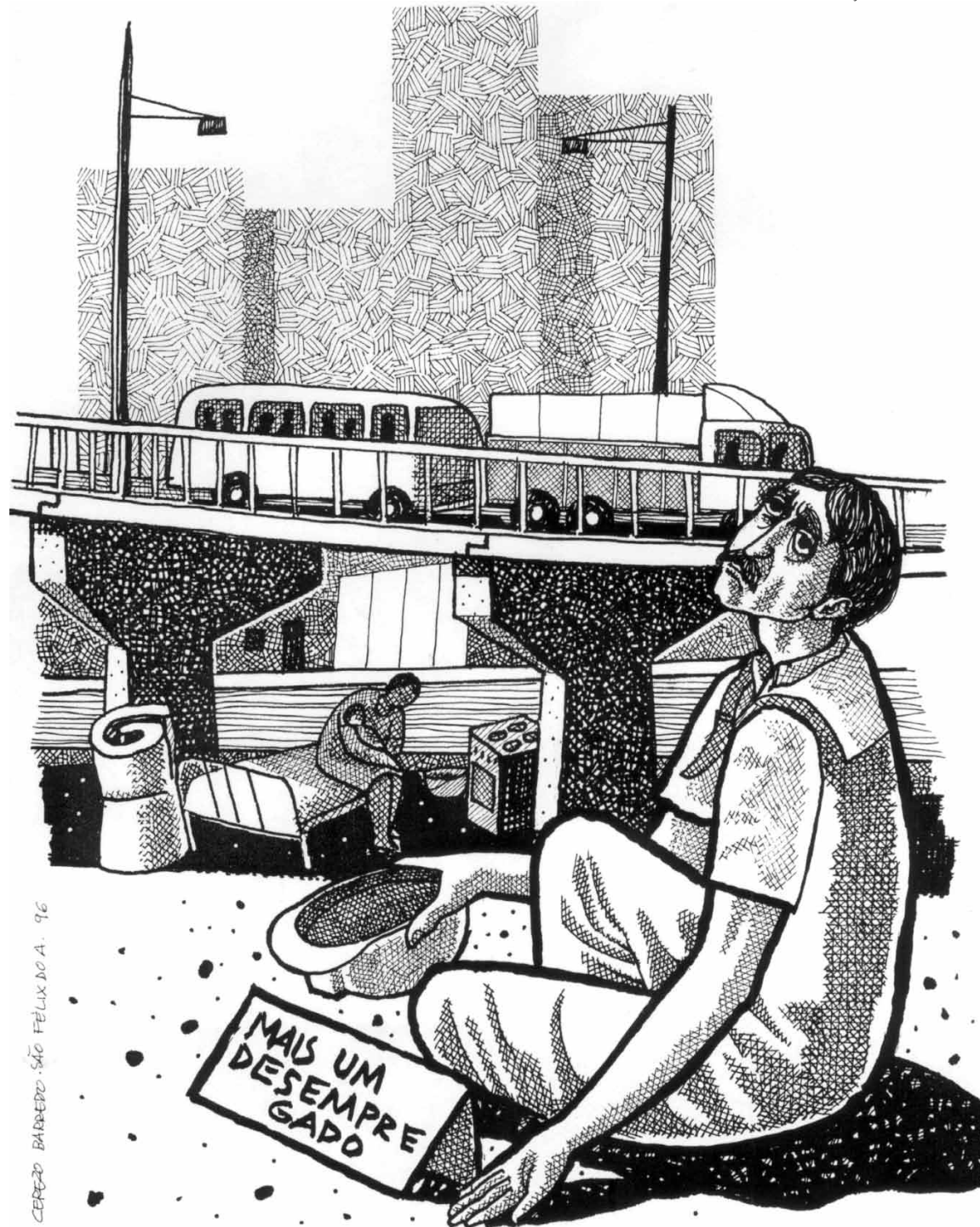
Perturbado com tudo isso e vivendo numa região onde cerca de 80% dos alimentos vem de fora, a questão se coloca de forma pertinente: Por que não temos a

“cultura” de produzir alimentos? A região de Missões, mais especificamente o município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, traz de outras regiões cerca de 80% de toda produção alimentícia que consome. Que dado alarmante!

Vivendo nessa onda da “falta de alimentos”, temos dados e números que

comprovam que não há falta de alimentos, mas que estes são concentrados nas mãos de alguns. Quando vemos frases do tipo “Fome Zero se acaba com transgênicos”; “Agricultura forte com transgênicos” ou “100% transgênicos”, precisamos nos interrogar acerca de que tipo de alimentos estamos produzindo para o nosso con-

Ilustração: Cerezo Barredo



CEREZO BARREDO - SÃO FELIX DO A. 96

sumo. Parece até que a transgenia tem a preocupação de acabar com a fome! Isso, sem contar que a transgenia está extinguindo as tão sagradas sementes dos camponeses, sendo para eles sua real identidade desde os maias e incas na América Latina.

A história da agricultura mostra que quem realmente produz alimentos para a mesa do povo brasileiro é a pequena propriedade rural, onde se destaca a figura do camponês que na grande maioria das vezes produz braçalmente. Por que então não incentivar e criar políticas favoráveis às pessoas para terem condições de produzir e ter sua produção valorizada?

Por isso, consideramos o alimento um direito de todo ser humano e não uma mercadoria, como, aliás, já defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cada povo e todos os povos devem ter o direito de produzir seus próprios alimentos. Isso se chama soberania alimentar. Não basta dar cesta básica, dar o peixe. Isso é a segurança alimentar, mas não é soberania alimentar. É preciso que o povo saiba pescar!

Aos olhos de muitos pode alguém perguntar: Quais são as possíveis soluções num mundo que parece realmente querer excluir 80% da população? Acredito que não tenho soluções, receitas... Mas inúmeras e diferentes iniciativas vêm surgindo para contrapor o atual sistema. Para os olhos

de muitos pode parecer insignificante, mas, pequenas feiras locais, por exemplo, mudam a compreensão no comercializar e consumir, valorizando os produtos e o produtor, gerando, assim, uma mudança significativa.

*Agente da CPT no Rio Grande do Sul

CULTURA

Réquiem por dois sem terra assassinados

Poema feito após o assassinato de dois trabalhadores rurais sem terra da fazenda Bordolândia, no Mato Grosso, ocorrido no dia 17 de junho durante manifestação em que as famílias despejadas da fazenda bloquearam a BR 158.

Meu poema tem hoje a cor do sangue
e o sabor amargo da derrota!

Vejo agora dois corpos mortos na BR 158
e o sol os queima na tarde trágica
e o sangue ainda escorre das feridas
terra e sangue misturados.

Imóvel
a multidão atônita mastiga a raiva e clama aos céus!

Os corpos são de dois homens
e os homens são lavradores pobres
cidadãos honestos da Pátria Amada, Idolatrada, Brasil!

Aqui ficam seus nomes definitivamente vivos
para remorso do INCRA
e de um Governo que traiu os sonhos dos Sem Terra
que nele puseram sua esperança:

Edeuton Rodrigues do Nascimento
Abiner José da Costa.

Paulo Gabriel
Padre da Prelazia de São Félix do Araguaia

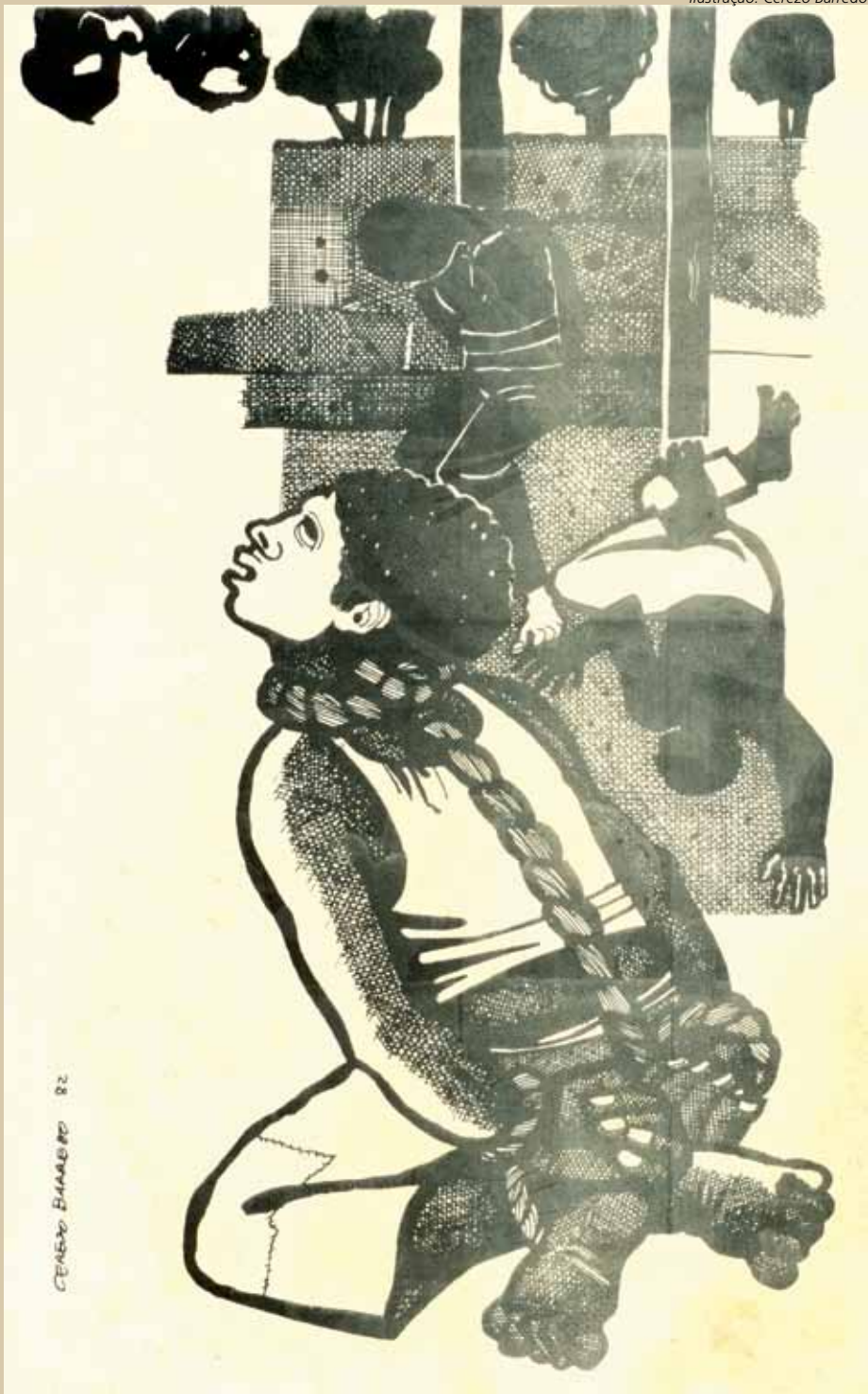


Ilustração: Cerezo Barredo

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐

Brasil R\$ 10,00

☐

Para o exterior US\$ 20,00Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil,
Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS

Impresso Especial

0564/2005 DR/GT

COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA